



**HOSPITAL ESTADUAL DE FRANCISCO MORATO  
"Profº Carlos da Silva Lacaz"**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**EXERCÍCIO  
DE  
2021**

## ÍNDICE

Página(s)

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 18

BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(em Reais)

ATIVO	Notas	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	3.460.377,21	1.640.237,60
Adiantamentos a Empregados	5	-	118.827,35
Adiantamento para Despesas		468,75	-
Impostos Recuperáveis	6	-	939,40
Créditos com Contrato de Gestão	7	-	70.100,00
Estoques	8	1.239.088,59	1.206.698,03
Despesas Antecipadas	9	1.116,57	752,22
		<b>4.701.051,12</b>	<b>3.037.554,60</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	10	1.274.114,86	954.647,35
Intangível		27.456,62	-
		<b>1.301.571,48</b>	<b>954.647,35</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>6.002.622,60</b>	<b>3.992.201,95</b>

**PASSIVO E PATRIMÔNIO  
LÍQUIDO**

<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		2.962.173,94	3.581.714,65
Obrigações Trabalhistas	11	1.757.354,24	1.430.365,53
Obrigações Sociais e Fiscais	12	1.025.009,48	887.322,22
Contas a Pagar		302.357,52	70.607,89
Provisões para Férias e Encargos	13	3.029.468,49	2.930.952,27
		<b>9.076.363,67</b>	<b>8.900.962,56</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Recursos Governamentais a Realizar		142.368,55	-
Bens Públicos em Nosso Poder		1.301.571,48	954.647,35
		<b>1.443.940,03</b>	<b>954.647,35</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>			
Patrimônio Social		(5.863.407,96)	(3.330.514,43)
Déficit do Exercício		1.345.726,86	(2.532.893,53)
		<b>(4.517.681,10)</b>	<b>(5.863.407,96)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>6.002.622,60</b>	<b>3.992.201,95</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DOS PERÍODOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(em Reais)

	Notas	2021	2020
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>14</b>	<b>73.361.043,32</b>	<b>73.646.449,57</b>
Contrato de Gestão nº 1872117/2019	<b>15</b>	73.707.967,45	73.601.096,92
Realização de Bens Públicos em Nosso Poder		131.273,21	51.324,21
(-) Repasse Destinado à Aquisição de Imobilizado		(478.197,34)	(1.005.971,56)
<b>CUSTOS</b>		<b>(67.348.496,44)</b>	<b>(73.226.322,80)</b>
Pessoal e Reflexos	<b>17</b>	(31.424.067,52)	(28.656.404,37)
Serviços Terceirizados	<b>18</b>	(25.216.973,64)	(34.699.742,95)
Medicamentos e Materiais de Consumo	<b>19</b>	(10.707.455,28)	(9.870.175,48)
Custo da Isenção Usufruída	<b>24</b>	(6.850.417,53)	(6.787.445,15)
(-) Isenção Usufruída	<b>24</b>	6.850.417,53	6.787.445,15
<b>(=) RESULTADO BRUTO</b>		<b>6.012.546,88</b>	<b>(579.873,23)</b>
<b>DESPESAS</b>		<b>(5.072.958,25)</b>	<b>(3.235.895,68)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições		(4.581,06)	(4.298,27)
Despesas Gerais	<b>20</b>	(5.068.377,19)	(3.231.597,41)
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>263.531,51</b>	<b>1.162.311,74</b>
Receitas com Doações		208.779,45	997.936,94
Outras Receitas		54.752,06	164.374,80
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS</b>		<b>1.203.120,14</b>	<b>(2.653.457,17)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>16</b>	<b>142.606,72</b>	<b>120.563,64</b>
Receitas Financeiras		151.249,28	156.350,50
Despesas Financeiras		(8.642,56)	(35.786,86)
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.345.726,86</b>	<b>(2.532.893,53)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Dotação Inicial	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	-	<b>(3.902.017,67)</b>	<b>571.503,24</b>	<b>(3.330.514,43)</b>
Incorporação do Superávit/Déficit	(3.902.017,67)	3.902.017,67	-	-
Transferências Patrimoniais	571.503,24	-	(571.503,24)	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(2.532.893,53)	-	(2.532.893,53)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(3.330.514,43)</b>	<b>(2.532.893,53)</b>	-	<b>(5.863.407,96)</b>
Incorporação do Superávit/Déficit	(2.532.893,53)	2.532.893,53	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	1.345.726,86	-	1.345.726,86
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(5.863.407,96)</b>	<b>1.345.726,86</b>	-	<b>(4.517.681,10)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS PERÍODOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(em Reais)

	2021	2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit / (Déficit) do Exercício	1.345.726,86	(2.532.893,53)
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	118.827,35	3.496,71
Adiantamentos para Despesas	(468,75)	-
Impostos Recuperáveis	939,40	(939,40)
Créditos com Convênios	70.100,00	(70.100,00)
Estoques	(32.390,56)	(699.548,31)
Despesas Antecipadas	(364,35)	(752,22)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(619.540,71)	2.806.629,64
Obrigações Trabalhistas	326.988,71	(77.172,13)
Obrigações Sociais e Fiscais	137.687,26	169.480,63
Provisões para Férias e Encargos	98.516,22	46.263,14
Recursos Governamentais a Realizar	142.368,55	-
Outras Obrigações	231.749,63	(52.423,60)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>1.820.139,61</b>	<b>(407.959,07)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(478.197,34)	(1.005.971,56)
<b>Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento</b>	<b>(478.197,34)</b>	<b>(1.005.971,56)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	478.197,34	1.005.971,56
<b>Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Financiamento</b>	<b>478.197,34</b>	<b>1.005.971,56</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.820.139,61</b>	<b>(407.959,07)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.640.237,60	2.048.196,67
Disponibilidades no Final do Exercício	3.460.377,21	1.640.237,60
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.820.139,61</b>	<b>(407.959,07)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Página | 5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(em Reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão – Processo SPDOC nº 1872117/2019, firmado com a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** em 20 de novembro de 2019, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do **Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" – Francisco Morato** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde.

O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se no momento de sua assinatura.

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** repassará ao **CEJAM** o montante global estimado de R\$ 347.108.904,21.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

### 2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

### 3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021.

### 3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

### 3.c) Imobilizado (quando aplicável):

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2020. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
  - Benfeitorias: 3 anos;
  - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
  - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
  - Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos;
  - Equipamentos de informática: 5 anos;
  - Móveis e utensílios: 10 anos.

### 3.d) Intangível (quando aplicável):

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. 3.e) **Redução ao valor recuperável (impairment):**
- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

### 3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.g) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

### 3.h) Receitas:

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

### 3.i) Despesas:

As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

### 3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

### 3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

<b>FUNDO FIXO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Fundo Fixo de Caixa	944,08	-
	<b>944,08</b>	-

<b>BANCO - CONTA MOVIMENTO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Banco do Brasil S.A.	1.000,00	66.272,04
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	2.828,30
	<b>1.000,00</b>	<b>69.100,34</b>

<b>BANCO - APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Banco do Brasil S.A.	3.458.433,13	1.571.137,26
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-
	<b>3.458.433,13</b>	<b>1.571.137,26</b>

## 5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2021	2020
Adiantamento de Férias	-	118.827,35
Adiantamento de 13º Salário	-	-
	-	<b>118.827,35</b>

## 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2021	2020
IRRF s/ trab. Assalariado a Compensar	-	939,40
	-	<b>939,40</b>

## 7. CRÉDITOS COM CONTRATO DE GESTÃO

	2021	2020
Hospital Estadual de Francisco Morato	-	70.100,00
	-	<b>70.100,00</b>

## 8. ESTOQUES

	2021	2020
Dietas Parenterais	3.108,65	-
Nutrição Enteral	19.757,79	19.837,86
Materiais de Laboratório e Reagentes	1.405,58	4.621,28
Medicamentos	582.773,98	451.721,67
Material Médico Hospitalar	388.794,13	539.753,50
Materiais de Expediente e Escritório	12.835,17	15.258,97
Materiais de Manutenção	20.761,14	20.051,01
Materiais de Informática	396,45	998,13
Materiais de Limpeza	59.912,36	14.857,52
Instrumental Cirúrgico	618,67	1.194,94
Materiais de EPI	62.096,62	25.160,51
Materiais Cirúrgicos	19.809,70	18.786,40
Materiais de Higiene	8.289,78	4.129,29
Gêneros Alimentícios	28.835,88	61.326,03
Utensílios de Copa	14.428,13	11.013,80
Materiais Impressos	11.217,56	12.620,12
Peças e Acessórios	4.047,00	5.367,00
	<b>1.239.088,59</b>	<b>1.206.698,03</b>

## 9. PRÊMIOS DE SEGUROS A VENCER

	2021	2020
Seguros e Anuidades a Apropriar	1.116,57	752,22
	<b>1.116,57</b>	<b>752,22</b>

## 10. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2021
Máquinas e Equipamentos	10%	150.268,33
Equipamentos de Uso Médico	10%	1.020.883,73
Equipamentos de Informática	20%	56.157,47
Móveis e Utensílios	10%	79.636,70
Veículos	20%	147.270,00
(-) Depreciação Acumulada		(180.101,37)
		<b>1.274.114,86</b>

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2021
Direito de Uso de Sistemas	20%	29.952,67
(-) Amortização Acumulada		(2.496,05)
		<b>27.456,62</b>

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Governo Estadual.

## 11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2021	2020
Salários a Pagar	1.657.493,30	1.401.865,75
Rescisões a Pagar	92.241,67	554,20
Pensões Alimentícias a Pagar	6.508,79	8.989,73
Acordos Trabalhistas	1.110,48	-
Benefícios a Pagar	-	18.955,85
	<b>1.757.354,24</b>	<b>1.430.365,53</b>

## 12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2021	2020
INSS sobre Salários a Recolher	187.026,89	152.561,46
FGTS a Recolher	309.081,37	232.644,28
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	2.004,40	276,00
IRRF sobre Salários a Recolher	346.609,59	279.648,90
IRRF sobre Férias a Recolher	-	2.406,76
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	37.871,42	34.560,88
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	117.866,90	110.819,30
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	6.269,06	13.279,44
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	18.279,85	61.125,20
	<b>1.025.009,48</b>	<b>887.322,22</b>

## 13. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2021	2020
Provisão para Férias	2.805.294,33	2.713.865,64
Provisão para FGTS sobre Férias	224.174,16	217.086,63
	<b>3.029.468,49</b>	<b>2.930.952,27</b>

## 14. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

## 15. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO

	2021	2020
Repasse de Janeiro	6.335.916,00	5.835.916,41
Repasse de Fevereiro	5.985.762,00	5.835.916,41
Repasse de Março	5.985.762,00	5.835.916,41
Repasse de Abril	5.985.762,00	5.835.916,41
Repasse de Maio	5.985.762,00	6.335.916,41
Repasse de Junho	5.985.762,00	6.335.916,41
Repasse de Julho	6.485.762,00	6.335.916,41
Repasse de Agosto	6.485.762,00	6.335.916,41
Repasse de Setembro	6.539.862,00	6.335.916,41
Repasse de Outubro	6.539.862,00	6.335.916,41
Repasse de Novembro	5.539.862,00	5.835.916,41
Repasse de Dezembro	5.539.862,00	6.406.016,41
	<b>73.395.698,00</b>	<b>73.601.096,92</b>

## 16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Rendimentos de Aplicações Financeiras	151.079,73	59.466,82
Descontos Obtidos	169,55	96.883,68
(-) Juros Bancários	-	-
(-) Tarifas Bancárias	(975,23)	(14.536,89)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(368,02)	(5.928,55)
(-) IOF	-	-
(-) Juros e Multa sobre Impostos	(7.276,81)	(15.321,42)
(-) Taxa de Operações com cartões	(22,50)	-
	<b>142.606,72</b>	<b>120.563,64</b>

## 17. PESSOAL E REFLEXOS

	2021	2020
Ordenados	19.880.046,51	18.992.207,27
13º Salários	1.850.757,99	1.743.516,14
Auxílio Enfermidade	62.047,48	50.511,68
Férias	2.292.571,37	2.084.267,80
Gratificações	15.487,37	4.377,53
Indenizações e Avisos Prévios	1.249.792,89	626.507,42
Insalubridade	1.381.273,34	1.197.415,00
Periculosidade	91.148,62	86.848,06
Horas Extras	51.709,22	-
DSR	176.804,55	-
Assistência Médica e Odontológica	-	2.108,74
Auxílio Creche	204.866,35	161.509,92
Cesta Básica	1.129.920,00	975.730,00
Formação Profissional e Capacitação	17.231,00	40.445,32
Seguro de Vida	6.036,03	3.981,21
Uniformes	103.570,19	98.932,80
Vale Refeição	20.735,00	5.370,00
Vale Transporte	299.071,84	303.450,59
Contribuições ao FGTS	2.590.997,77	2.279.224,89
	<b>31.424.067,52</b>	<b>28.656.404,37</b>

## 18. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2021	2020
Serviços Assistenciais – Pessoas Jurídicas	20.342.869,69	23.993.776,31
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	4.874.103,95	10.796.483,02
Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas	-	-
	<b>25.216.973,64</b>	<b>34.699.742,95</b>

## 19. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2021	2020
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	7.909.005,05	7.142.308,09
Materiais de Consumo	2.008.102,56	1.846.912,25
Materiais de Conservação	422.637,27	152.506,10
Outros Materiais e Insumos	367.710,40	728.449,04
	<b>10.707.455,28</b>	<b>9.870.175,48</b>

## 20. DESPESAS GERAIS

	2021	2020
Contas de Consumo	1.697.892,21	1.306.574,61
Aluguéis de Imóveis, Equip. e Materiais Hospitalares	1.971.509,12	1.689.886,70
Administrativas	1.118.925,33	45.290,07
Publicidade	0	12.056,09
Bens Não Imobilizados	72.645,49	38.930,21
Reformas e Benfeitorias	44.159,04	71.473,51
Outras Despesas Gerais	163.246,00	67.386,22
	<b>5.068.377,19</b>	<b>3.231.597,41</b>

## 21. COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

## 22. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

## 23. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)** renovado, com validade pelo período de **30 de novembro de 2015 a 29 de novembro de 2018**.

Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida à entidade a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**.

Em cumprimento à legislação e demais regulamentações vigentes, tempestivamente, em 16 de novembro de 2021 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.167752/2021-13, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que:

*"§2º - A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado."*

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária.

## 24. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2021 foi de R\$ 6.850.417,53 e do ano de 2020 foi de R\$ 6.787.445,15 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

<b>ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(6.850.417,53)	(6.787.445,15)
(-) Custo da Isenção Usufruída		
Isenção Usufruída	6.850.417,53	6.787.445,15
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.167752/2021-13.

## 25. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

**Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

**PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

**COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

**Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Francisco Morato (SP), 31 de dezembro de 2021.



**Natalia Ferreira da Silva**  
Coordenadora Administrativa



**Rita de Fátima Cardoso de Souza**  
Coordenadora Financeira  
CRC nº SP291260/O-6